

Assunto: Retorno ao trabalho de cinco vereadores de Caruaru

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: POLÍTICA

Seção/Repórter: Beatriz Albuquerque

Página: 8

Data: 16/04/2014

política

Defesa pede retorno de cinco vereadores

CARUARU Após decisão do desembargador Itamar Pereira favorável à volta de 5 dos 10 acusados à Câmara, advogados vão protocolar pedidos de reintegração dos mandatos

Beatriz Albuquerque
baalbuquerque@jc.com.br

Cinco dos dez vereadores de Caruaru que foram presos pela Polícia Civil durante a Operação Ponto Final I, em dezembro do ano passado - e depois soltos através de habeas corpus concedidos pela Justiça -, poderão retornar às atividades na Casa legislativa. O pedido de reintegração imediata será protocolado hoje pela defesa dos vereadores, contemplando Louro do Juá (SDD), Jajá (sem partido), Eduardo Cantarelli (SDD), Sivaldo Oliveira (PP) e Cecílio Pedro (PTB). A legalidade do retorno é decorrente de uma decisão do desembargador Itamar Pereira, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

A decisão do TJPE, publicada anteontem, possui efeito suspensivo sob a decisão da 1ª Vara da Fazenda, que determinava o



PONTO FINAL Acusados foram presos em operação da polícia

afastamento dos vereadores do cargo por um período de 180 dias. "Apenas cinco têm direito ao retorno imediato porque ainda há uma decisão da 2ª Vara da Fazenda, que afasta os outros cinco", explicou o advogado dos vereadores, Gilberto Santos.

O documento deverá ser protocolado na Câmara três dias

após a decisão do TJPE porque os advogados não teriam tido acesso a íntegra do texto.

Outras duas decisões, dos desembargadores Fausto Campos e Gustavo Lima, já haviam determinado o retorno imediato dos legisladores. Porém, como ainda tramitam processos na esfera criminal, os vereadores foram

impedidos de retornar por uma decisão civil. A expectativa da defesa é que até o final desta semana saia uma nova decisão, que possibilite a reintegração dos outros cinco vereadores.

Os vereadores foram presos em dezembro acusados de concussão, corrupção passiva e organização criminosa por exigir propina do prefeito José Queiroz (PDT) para aprovar um empréstimo no valor de R\$ 250 milhões para implantação de um sistema de Bus Rapid Transport (BRT) no município.

Segundo os assessores jurídicos, o pedido de reintegração terá força de cumprimento imediato, não havendo prazo estipulado para que o presidente da Câmara de Caruaru, o vereador Leonardo Chaves (PSD), aprecie a solicitação.

A assessoria do tribunal não comentou a decisão, limitando-se a informar que o processo corre em segredo de Justiça.

Wagner Gil/Especial para o JC

Assunto: Cinco investigados de volta	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter: Livia Mota
Página: 4	Data: 16/04/2014

Política

► VEREADORES

Cinco investigados de volta

LÍVIA MOTA

CARUARU - Cinco dos dez vereadores investigados pela Operação Ponto final receberam parecer favorável do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e devem retornar as funções dentro da câmara de vereadores de Caruaru. A decisão foi tomada pelo desembargador Itamar Pereira, que entendeu ser desnecessário o pedido de afastamento determinado pela 4ª Vara Criminal da cidade, de 180

MINISTÉRIO Público tentará evitar a retomada dos mandatos em Caruaru

dias. Os parlamentares Sivaldo Oliveira (PP) Cecílio Pedro (PTB), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD) e Jajá (sem partido) tiveram seus mandatos devolvidos e devem retornar à Casa nos

próximos dias.

Já os outros cinco parlamentares seguem afastados, devido à Operação Ponto Final 2. Pastor Jádriel Nascimento (PROS), Val das Rendeiras (PROS), Val de Cachoeira Seca (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) esperam por decisão similar para retomar os mandatos.

Com o retorno dos vereadores, saem os suplentes Joel da Gráfica (DEM), Alecrim (PSD), Carlinhos da Ceaca (PPS), Nino do Rap (DEM) e

Pastor Carlos Santos (PRB). Os parlamentares haviam tomado posse logo após o início da Operação Ponto Final 1, em dezembro do ano passado. Segundo a assessoria jurídica da Câmara de Caruaru, o Legislativo ainda não foi notificado oficialmente da decisão do desembargador, portanto os cinco vereadores citados ainda não podem reassumir as funções. O Ministério Público analisará a decisão e deverá entrar com recurso para manter o afastamento dos edis.

Assunto: Combate ao trabalho infantil	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter: Filipe Baptista
Página: 2	Data: 16/04/2014

Cotidiano

> CAMPANHA

Combate ao trabalho infantil

FILIFE BAPTISTA

O garoto de 16 anos, D.L.S., é apenas mais um entre centenas de menores de idade que procuram o bairro da Ilha do Leite, na área Central do Recife, com o objetivo de ganhar alguns trocados. É assim de segunda a sábado. Para combater este cenário foi lançada, ontem, uma campanha que auxiliará o combate ao trabalho infantil, até 12 de outubro de 2014, em Pernambuco. O objetivo é tentar conscientizar a população a não aceitar o tra-

balho oferecido por crianças e adolescentes. “Enquanto a sociedade acreditar que filho de rico deve ser tratado diferente do filho de pobre, o trabalho infantil jamais será erradicado”, declarou Leonardo Osório Mendonça, procurador do MPT. Em janeiro deste ano, a Folha de Pernambuco publicou uma série de quatro reportagens sobre o trabalho infantil urbano, nas quais tratou a problemática, elucidando os caminhos para mudar esta realidade.

A coordenadora do Projeto

de Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco (SRTE/PE), Paula Neves, garantiu que o trabalho executado de fiscalização está sendo intensificado. “Logradouros públicos são o mais recorrentes. As auditorias fiscais irão atuar, mais veementemente, neste período em que acontecerão a Copa do Mundo e as eleições”, sublinhou. A cerimônia de estreia da campanha aconteceu no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e reuniu representantes

do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fepetipe). “Trabalho Infantil Não é Legal. Não Compre!” é o mote que começa a circular em equipamentos midiáticos. A divulgação nos veículos de comunicação será feita gratuitamente, inclusive na **Rádio Folha (96.7-FM)**.

Assunto: Combate ao trabalho infantil	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIDA URBANA	Seção/Repórter:
Página: C3	Data: 16/04/2014

vidaurbana

CAMPANHA

Combate ao trabalho infantil

Se você costuma comprar produtos oferecidos por crianças e adolescentes ou dar esmolas a esse público, precisa estar atento à campanha *Trabalho infantil não é legal. Não compre!*, lançada ontem por um grupo de instituições parceiras, no Tribunal de Contas de Pernambuco.

A iniciativa busca chamar atenção aos efeitos negativos de um hábito comum. Especialistas defendem que uma criança trabalhando ou pedindo esmolas pode significar, entre outras coisas, que ela está fora da escola ou mesmo sendo explorada por algum adulto.

Quando o sentimento de piedade falar mais alto, a orientação é ligar para o Disque 100, de onde a denúncia será encaminhada às instituições adequadas para apurar o caso. "Ao invés de fornecer dinheiro, é melhor depositar o valor no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente ou doar a instituições cadastradas na Secretaria de Assistência Social", explicou o procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador estadual de combate à exploração do trabalho de crianças e adolescentes, Leonardo Osório.

Se constatado o trabalho infantil, os pais podem até perder o Bolsa Família ou, em casos mais graves, o poder sobre os filhos. Também participam da campanha o Ministério Público de Pernambuco, o Tribunal Regional do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Assunto: TJPE definirá custos da Ponte D'Uchôa	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: ÚLTIMAS	Seção/Repórter: destaques do dia
Página: A2	Data: 16/04/2014

últimas

PÁGINA C3

Justiça definirá custos da Ponte D'Uchôa

Obra de reconstrução da antiga estação vai passar por uma avaliação pericial. A Justiça deve determinar o valor a ser pago para a re-

construção do prédio, já que o motorista que provocou o incicente alega não poder arcar com o custo de R\$ 170 mil da obra.

GUILHERME VERISSIMO/DP/D.A PRESS



Assunto: Justiça definirá custos da Ponte d'Uchôa – Estação pronta até o dia 28	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIDA URBANA	Seção/Repórter:
Página: C3	Data: 16/04/2014

vidaurbana

Estação pronta até dia 28



Prédio ganhou cores ocre e branca, seguindo tradição do século 19

+ saiba mais

Construída em 1865, a Ponte d'Uchôa é um símbolo da arquitetura de ferro. A edificação é tombada pelo estado

Entre os anos de 1867 e 1915, serviu de parada para os bondes que faziam o transporte público no Recife

Na madrugada de 28 de outubro de 2013, o bacharel em direito Vinícius atingiu a estrutura depois de perder o controle do veículo

Na ocasião, ele alegou um desnível no asfalto. Desde 2012, o motorista somava 10 multas no Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran)

O condutor foi autuado por excesso de velocidade, dirigir sob efeito do álcool, conduzir veículo não licenciado e estacionar em local proibido

Obra da Ponte d'Uchôa está na fase final, mas não há prazo para o poder público ser reembolsado de custos

A obra de reconstrução da Estação Ponte d'Uchôa, destruída por um carro em outubro de 2013, passará por uma avaliação pericial a pedido da Justiça para determinação do valor a ser pago para a reconstrução do prédio, cujas obras devem ficar prontas até o dia 28.

Depois de alegar, na esfera administrativa, que não teria como pagar os R\$ 170 mil fixados pela prefeitura para execução do serviço, o motorista do Ford Fu-

son que se chocou com a estrutura, Vinícius Freitas Cândido, 30 anos, voltou a alegar impossibilidade financeira em audiência no dia 19 de março e solicitou revisão do valor.

Segundo o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública Djalma Andreolino Nogueira Júnior, um engenheiro escolhido pela Justiça fará a avaliação dos serviços executados irá determinar se o valor de R\$ 170 mil é coerente. A designação do profissional deve ocorrer em maio.

"O laudo ficará pronto até 30 dias após o início da avaliação", disse o magistrado. Depois da perícia, o processo seguirá à apreciação do Ministério Público de Pernambuco antes de uma sentença. O projeto de restauro foi elabo-

rado pela Fundarpe, Iphan e Diretoria de Proteção ao Patrimônio Cultural. O valor da indenização, segundo a prefeitura, não inclui só as intervenções físicas, mas também o valor histórico das peças e os profissionais contratados.

Quem passa pela Rui Barbosa já vê a restauração, apesar dos tapumes. Antes azul, a antiga estação passou a ser ocre e branca, para se assemelhar às cores comumente usadas nos prédios erguidos no século 19 no Recife.

As obras, iniciadas em 24 de janeiro, estão na fase final. A parte estrutural está concluída e a prefeitura aguarda a finalização do projeto paisagístico e de jardinagem para a reinauguração, segundo a Emlurb.

Assunto: Advogados pedem retorno de cinco vereadores à Câmara de Caruaru	
Veículo: JC Online	Data: 16/04/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Advogados pedem retorno de cinco vereadores à Câmara de Caruaru

Após decisão do desembargador Itamar Pereira favorável à volta de cinco dos dez acusados ao Legislativo, defesas vão protocolar pedidos de reintegração dos mandatos

Cinco dos dez vereadores de Caruaru que foram presos pela Polícia Civil durante a Operação Ponto Final I, em dezembro do ano passado – e depois soltos através de habeas corpus concedidos pela Justiça –, poderão retomar às atividades na Casa legislativa. O pedido de reintegração imediata será protocolado hoje pela defesa dos vereadores, contemplando Louro do Juá (SDD), Jajá (sem partido), Eduardo Cantarelli (SDD), Sivaldo Oliveira (PP) e Cecílio Pedro (PTB). **A legalidade do retorno é decorrente de uma decisão do desembargador Itamar Pereira, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).**

A decisão do TJPE, publicada anteontem, possui efeito suspensivo sob a decisão da 1ª Vara da Fazenda, que determinava o afastamento dos vereadores do cargo por um período de 180 dias. “Apenas cinco têm direito ao retorno imediato porque ainda há uma decisão da 2ª Vara da Fazenda, que afasta os outros cinco”, explicou o advogado dos vereadores, Gilberto Santos.

O documento deverá ser protocolado na Câmara três dias após a decisão do TJPE porque os advogados não teriam tido acesso a íntegra do texto.

Outras duas decisões, dos desembargadores Fausto Campos e Gustavo Lima, já haviam determinado o retorno imediato dos legisladores. Porém, como ainda tramitam processos na esfera criminal, os vereadores foram impedidos de retornar por uma decisão civil. A expectativa da defesa é que até o final desta semana saia uma nova decisão, que possibilite a reintegração dos outros cinco vereadores.

Os vereadores foram presos em dezembro acusados de concussão, corrupção passiva e organização criminosa por exigir propina do prefeito José Queiroz (PDT) para aprovar um empréstimo no valor de R\$ 250 milhões para implantação de um sistema de Bus Rapid Transport (BRT) no município.

Segundo os assessores jurídicos, o pedido de reintegração terá força de cumprimento imediato, não havendo prazo estipulado para que o presidente da Câmara de Caruaru, o vereador Leonardo Chaves (PSD), aprecie a solicitação.

A assessoria do tribunal não comentou a decisão, limitando-se a informar que o processo corre em segredo de Justiça.

Assunto: Cinco investigados de volta	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 16/04/2014
Editoria:	Seção:



Cinco investigados de volta

Parlamentares devem retornar à Casa nos próximos dias

CARUARU – Cinco dos dez vereadores investigados pela Operação Ponto final receberam parecer favorável do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e devem retornar as funções dentro da câmara de vereadores de Caruaru. A decisão foi tomada pelo desembargador Itamar Pereira, que entendeu ser desnecessário o pedido de afastamento determinado pela 4ª Vara Criminal da cidade, de 180 dias. Os parlamentares Sivaldo Oliveira (PP) Cecílio Pedro (PTB), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD) e Jajá (sem partido) tiveram seus mandatos devolvidos e devem retornar à Casa nos próximos dias.

Já os outros cinco parlamentares seguem afastados, devido à Operação Ponto Final 2. Pastor Jadiel Nascimento (PROS), Val das Rendeiras (PROS), Val de Cachoeira Seca (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) esperam por decisão similar para retomar os mandatos. Com o retorno dos vereadores, saem os suplentes Joel da Gráfica (DEM), Alecrim (PSD), Carlinhos da Ceaca (PPS), Nino do Rap (DEM) e Pastor Carlos Santos (PRB). Os parlamentares haviam tomado posse logo após o início da Ponto Final 1, em dezembro do ano passado.

Segundo a assessoria jurídica da Câmara de Caruaru, o Legislativo ainda não foi notificado oficialmente da decisão do desembargador, portanto os cinco vereadores citados ainda não podem reassumir as funções. O Ministério Público analisará a decisão e deverá entrar com recurso para manter o afastamento dos edis.

Assunto: Defesa de vereadores irá requerer retorno de parlamentares à Câmara	
Veículo: G1 Caruaru e Região	Data: 15/04/2014
Editoria:	Seção:



Defesa dos vereadores irá requerer retorno de parlamentares à Câmara

*Medida é após decisão do TJPE, diz advogado Saulo Amazonas.
Presidente da Câmara informa que ainda não foi notificado.*

O advogado Saulo Amazonas, um dos integrantes da banca de defesa dos vereadores investigados pelas Operações Ponto Final I e II, informou que irá fazer um requerimento nesta terça-feira (15) para a Câmara de Vereadores de Caruaru, no Agreste pernambucano. **De acordo com o advogado, a medida é realizada após uma decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).** "O desembargador Itamar Pereira concedeu um parecer favorável. Ele ainda não foi divulgado, mas nós tivemos acesso ao documento na noite da segunda-feira (14). O requerimento é para que os 10 vereadores voltem às atividades na Câmara", explica.

A assessoria de imprensa do TJPE informa que ainda não sabe se a decisão foi publicada. O presidente da Câmara de Vereadores, Leonardo Chaves, diz que ainda não recebeu nenhuma notificação. "Quando for notificado, tomarei as providências necessárias para acatar a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco", afirma.

Assunto: Cinco investigados de volta	
Veículo: Blog da Folha PE	Data: 16/04/2014
Editoria:	Seção:



Cinco investigados de volta

CARUARU – Cinco dos dez vereadores investigados pela Operação Ponto final receberam parecer favorável do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e devem retornar as funções dentro da câmara de vereadores de Caruaru. A decisão foi tomada pelo desembargador Itamar Pereira, que entendeu ser desnecessário o pedido de afastamento determinado pela 4ª Vara Criminal da cidade, de 180 dias. Os parlamentares Sivaldo Oliveira (PP) Cecílio Pedro (PTB), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD) e Jajá (sem partido) tiveram seus mandatos devolvidos e devem retornar à Casa nos próximos dias.

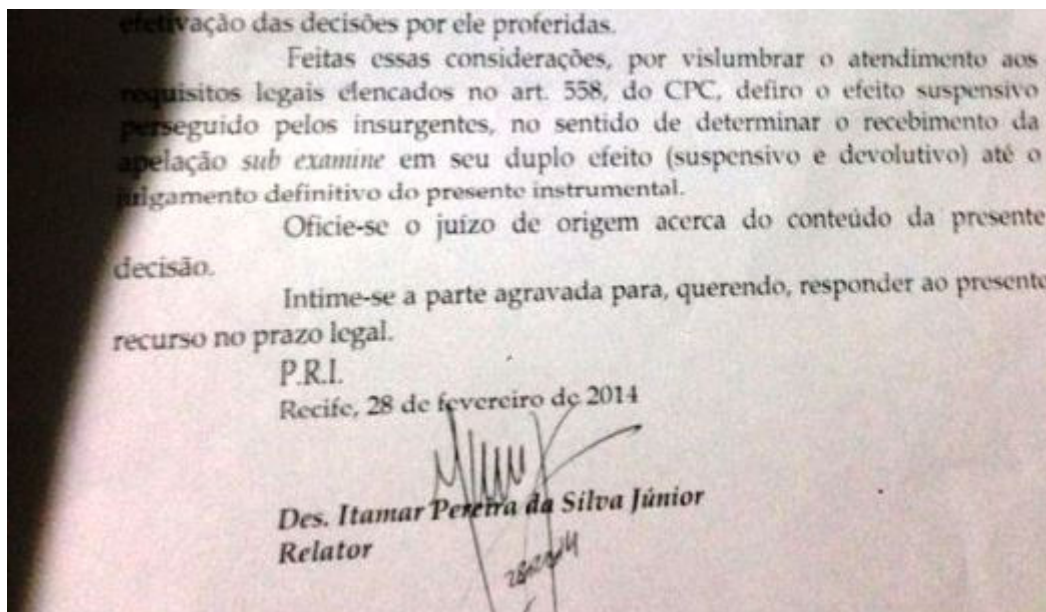
Já os outros cinco parlamentares seguem afastados, devido à Operação Ponto Final 2. Pastor Jadiel Nascimento (PROS), Val das Rendeiras (PROS), Val de Cachoeira Seca (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) esperam por decisão similar para retomar os mandatos.

Com o retorno dos vereadores, saem os suplentes Joel da Gráfica (DEM), Alecrim (PSD), Carlinhos da Ceaca (PPS), Nino do Rap (DEM) e Pastor Carlos Santos (PRB). Os parlamentares haviam tomado posse logo após o início da Ponto Final 1, em dezembro do ano passado. Segundo a assessoria jurídica da Câmara de Caruaru, o Legislativo ainda não foi notificado oficialmente da decisão do desembargador, portanto os cinco vereadores citados ainda não podem reassumir as funções. O Ministério Público analisará a decisão e deverá entrar com recurso.

Assunto: TJPE determina volta de vereadores em Caruaru	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 15/04/2014
Editoria:	Seção:



TJPE determina volta de vereadores em Caruaru



Em Caruaru, os vereadores afastados após a Operação Ponto Final I foram comunicados na noite desta segunda-feira 14, da decisão favorável do desembargador Itamar Pereira, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sobre o retorno dos edis às suas funções na Câmara Vereadores de Caruaru.

Esta nova decisão suspende o afastamento dos vereadores e possibilidade a volta de cinco edis, já que os outros cinco foram afastados em uma nova decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública, referente a Operação Ponto Final II.

A expectativa da defesa é que os primeiros cinco parlamentares reassumam seus cargos até a próxima quinta-feira, 17, quando o presidente Leonardo Chaves deverá ser comunicado oficialmente da decisão pelo TJPE.

Já sobre os outros cinco parlamentares afastados após a Operação Ponto Final II, a expectativa dos advogados de defesa é que até a próxima semana eles também retornem. De acordo o advogado Marcelo Cumarú, para a volta acontecer um novo recurso já foi impetrado.

Assunto: TJPE determina volta de vereadores em Caruaru	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 15/04/2014
Editoria:	Seção:



Cinco vereadores de Caruaru que foram presos podem retornar à Câmara de Vereadores



Cinco vereadores de Caruaru dentre os que foram presos pela Polícia Civil durante a Operação Ponto Final, em dezembro do ano passado, podem retornar à Câmara Municipal. O pedido de reintegração imediata dos vereadores Louro do Juá, Jajá, Eduardo Cantareli, Sivaldo Oliveira e Cecílio Pedro será protocolado nesta quarta-feira (16) pela defesa dos vereadores.

O pedido ocorre um dia depois da publicação de uma decisão do desembargador Itamar Pereira, revogando a decisão da Justiça Civil em primeira instância de que os vereadores deveriam ser afastados do cargo por um período de 180 dias. A sentença era o único mecanismo que impedia os cinco vereadores de retomarem os mandatos.

O Blog de Jamildo procurou a assessoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco para confirmar a decisão, mas o processo corre em segredo de Justiça. A sentença suspensa foi tomada pela 1ª Vara da Fazenda de Caruaru.

Outras duas decisões dos desembargadores Fausto Campos e Gustavo Lima já haviam determinado o retorno imediato dos edis. Elas não haviam sido cumpridas por serem da área Penal e ainda haver um afastamento da Justiça Civil.

ENTENDA O CASO – Em dezembro do ano passado, dez vereadores foram presos pela Polícia Civil durante a Operação Ponto Final. Eles eram acusados de concussão, corrupção passiva e organização criminosa por exigir propina do prefeito José Queiroz (PDT) para

aprovação de um empréstimo no valor de R\$ 250 milhões para implantação de um sistema de BRT (Bus Rapid Transport) no município.

Em janeiro deste ano, cinco dos dez vereadores voltaram a ser presos na Operação Ponto Final 2, que investigava a compra de assinaturas para instalação de uma CPI para investigar denúncias da Controladoria Geral da União (CGU).

O grupo, formado por Val de Cachoeira Seca, Val das Rendeiras, Evandro Silva, Neto e pelo Pastor Jadel, continua afastado do cargo por decisão da primeira instância. Um recurso semelhante ao que foi acatado pelo desembargador Itamar Pereira já foi protocolado pela defesa.

Assunto: Caruaru – TJPE determina retorno de vereadores afastados	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 15/04/2014
Editoria:	Seção:



Caruaru: TJPE determina retorno de vereadores afastados



Os dez vereadores caruaruenses afastados pela Operação Ponto Final I, da Polícia Civil, foram comunicados, na noite de ontem (14), da decisão favorável do desembargador Itamar Pereira, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sobre o retorno dos parlamentares às suas funções legislativas. Esta nova decisão suspende o afastamento dos vereadores e possibilita a volta de cinco edis, uma vez que os outros cinco foram afastados em uma nova decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública, referente à Operação Ponto Final II.

A expectativa da defesa é de que os primeiros cinco parlamentares reassumam seus cargos até a próxima quinta-feira (17), quando o presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), deve ser comunicado oficialmente da decisão pelo TJPE.

Quanto aos outros cinco parlamentares afastados pela Operação Ponto Final II, a expectativa dos advogados de defesa é de que até a próxima semana eles também retornem – um recurso para tornar possível essa possibilidade já foi impetrado, disse o advogado Marcelo Cumarú.